

AS POSSIBILIDADES DO PENSAMENTO E AÇÃO TRANSFORMADORES NA SOCIEDADE DO ESPETÁCULO

*Fábio Cardoso MARQUES**

RESUMO: Entre o conceito de sociedade do espetáculo de Guy Debord e de sociedade unidimensional de Herbert Marcuse existe grande afinidade de base teórica e de perspectiva histórica. O agravamento do domínio da racionalidade instrumental sobre as sociedades modernas, demonstrando o avanço da forma mercadoria sobre a quase totalidade das relações sociais. Ampliação da sociedade de consumo como um estágio, supostamente, mais avançado de civilização. Processo ideológico de domínio político que tenta a obliteração das formas de pensamento e ação críticas ou do surgimento do sujeito histórico transformador, como pensado por Karl Marx. No entanto, esta última fase do capitalismo, o neoliberalismo, pode conter um germe de transformação social e dialética da história. A reflexão de Michael Löwy sobre o ecossocialismo nos sugere que a dominação absoluta da forma mercadoria pode chegar a uma etapa de esgotamento ético e material ou dos recursos naturais.

PALAVRAS-CHAVE: Sociedade do espetáculo. Sociedade unidimensional. História. Ideologia. Ecossocialismo.

Introdução

Este texto apresenta alguns aspectos do domínio ideológico que a sociedade capitalista exerce com o objetivo de legitimar seus valores e obstruir o surgimento de posições críticas ao seu processo hegemônico, mas também se refere ao desenho de algumas possibilidades de superação. Herbert Marcuse (1982) aborda esta

* Mestre em Comunicação e Mercado. Faculdade Cásper Líbero – São Paulo – SP – Brasil. 01310-940 – fabiocmarques@uol.com.br

questão quando trata do “fechamento do universo da locução”, em que nos mostra as diferentes formas de condução ideológica do discurso e do uso da palavra ou o potencial que a locução, livre desta condução, pode ter no desenvolvimento do pensamento crítico.

A palavra pode ter uma força simbólica responsável pelo desenvolvimento conceitual do pensamento e um elemento semântico que pode desencadear o exercício da abstração. Isto é fundamental para a formação do pensamento crítico e matéria prima do discurso do conhecimento científico, do trabalho dos profissionais da comunicação, da transmissão da realidade factual, da formação do discurso ideológico, etc.

Por outro lado, defrontamo-nos com outras formas ideológicas comuns para os tempos atuais, que foram denunciadas por Guy Debord (1997) ao se referir ao império das imagens na formação do imaginário contemporâneo. Este predomínio das imagens tem levado a um enfraquecimento das formas de conhecimento até então conduzidas pela abstração conceitual e estética da locução escrita, da palavra. E neste sentido, a presença crescente da imagem midiática comercial e dos produtos da indústria cultural, estimulando a adesão à sociedade de consumo, constitui uma trincheira de combate ao pensamento crítico.

Não há dúvida que o trabalho com as imagens também gera o estranhamento, o pensamento, a reflexão, o conhecimento e a beleza estética, como vemos nas obras de arte do cinema ou no chamado cinema de autor, por exemplo. Porém, estas não têm a mesma presença na formação do imaginário popular como as imagens do cinema de massa. O contrário acontece com as imagens da indústria cultural ou das mensagens publicitárias que marcam o modo de ser e pensar na contemporaneidade.

No entanto, é pertinente um questionamento. Na busca de perspectivas de transformação da realidade contemporânea e, em função da emergência dos assuntos relativos às questões ecológicas, podemos esperar uma tendência de politização sobre causas estruturais ou sistêmicas – vindas dos movimentos ecológicos ou do desenvolvimento do ecossocialismo ou mesmo a partir dos Fóruns Sociais, mediados pelo uso crítico da palavra e da imagem, por veículos de imprensa comprometidos com tais causas – que sejam suficientemente significativas para induzir a produção de importantes mudanças estruturais na sociedade do espetáculo?

Marcuse e a locução da racionalidade instrumental

Para Marcuse (1982), a Modernidade constituiu-se num momento histórico que inspirou um projeto de dominação da natureza, sustentado no desenvolvimento

científico e tecnológico, portanto, de racionalidade tecnológica. Esta etapa da história humana prometeu ao homem autonomia e emancipação, porém, teve como consequência o controle e o domínio sobre a humanidade. Esta racionalidade, que está presente em todas as esferas da vida, amplia seus controles ao homem, molda seu comportamento, sua cultura e a sociedade como um todo. Tal domínio comprova que esta racionalidade tecnológica se transformou em racionalidade política, determinando necessidades individuais e coletivas e combatendo, de modo eficiente, qualquer tipo de manifestação de oposição aos sistemas político e econômico que ela inaugurou, desqualificando e isolando suas críticas com o controle generalizado de corações e mentes.

A mais alta produtividade do trabalho pode ser usada para a perpetuação do trabalho, e a mais eficiente industrialização pode servir à restrição e manipulação das necessidades. Quando esse ponto é atingido, a dominação – disfarçada em afluência e liberdade – se estende a todas as esferas da vida pública e privada, integra toda oposição autêntica, absorve todas as alternativas. A racionalidade tecnológica revela o seu caráter político ao se tornar o grande veículo de melhor dominação, criando um universo verdadeiramente totalitário no qual sociedade e natureza, corpo e mente são mantidos num estado de permanente mobilização para a defesa desse universo. (MARCUSE, 1982, p.37).

O desenvolvimento histórico desta racionalidade, que dominou e estruturou as sociedades modernas mais desenvolvidas, com um crescente aumento de produtividade e ampliação da industrialização para diversas áreas, resultou no que se passou a chamar de sociedade de consumo, que é uma forma mais aperfeiçoada de organização social para a aceleração da acumulação e concentração do capital. Assim, elevou e generalizou o nível de consumo e o mercado de bens supérfluos, a ponto de receber de Marcuse o nome de sociedade afluenta. Esta organização social se caracteriza por produzir necessidades artificiais ou necessidades adquiridas de consumo, para além das necessidades básicas de alimentação, vestuário e moradia. É claro que este novo padrão de consumo acaba colocando o homem, ou pelo menos um importante estrato social que servirá de parâmetro para outros estratos de menor poder aquisitivo, em um nível de conforto superior ao do padrão anterior, porém ao preço de mantê-lo preso à luta pela existência, à exploração e disputa cada vez maior pelos postos de trabalho.

Esta sociedade de consumo é mantida e estimulada pelo que Adorno e Horkheimer (1985) chamaram de indústria cultural, que amplia e diversifica o consumo, não só do produto cultural, mas de qualquer outra mercadoria, por um lado, e multiplica e concentra o capital, por outro. A cultura industrializada, segundo

os frankfurtianos, colonizou o tempo livre das pessoas, trouxe o ritmo do trabalho e as mensagens de consumo para o tempo do lazer. Este momento de descanso que em outras épocas era radicalmente diferente do momento do trabalho, onde havia tempo para reflexão, conversa em família, ou seja, um refúgio ao mundo da labuta, passou a ser dominado pela audiência televisiva de produtos culturais industrializados, cujo ritmo de seqüências padronizadas reproduz o ritmo do trabalho neste momento de repouso.

Os trabalhadores passaram a participar cada vez mais desta sociedade afluyente, principalmente nos países centrais do capitalismo, tornando sua vida mais confortável. Com o advento do estado-de-bem-estar-social, através da concessão de um conjunto de benefícios sociais pelo Estado, a classe trabalhadora ganha poder de consumo. Esta se tornou, portanto, uma das formas mais importantes de colonização do mundo do trabalho pelo mundo do capital. Esta ampliação da participação na sociedade de consumo pelos trabalhadores, que estava mais restrita à classe média, constitui uma das formas do domínio político que a racionalidade técnica impõe no sistema capitalista. Contudo, tal condição de melhoria da vida dos trabalhadores é ilusória, não se perpetua, só se mantém enquanto houver algum poder aquisitivo e o trabalhador continua mantendo-se no mundo da labuta. O resultado é que a dimensão do mundo do capital se tornou vitoriosa com a generalização de seu modo de vida e de seus valores e a dimensão crítica e questionadora desta sociedade, isto é, o mundo do trabalho se enfraqueceu. A sociedade tende a se tornar unidimensional.

A sociedade unidimensional comprova o seu domínio no presente período histórico quando promove a destruição constante dos recursos naturais, afeta as condições climáticas com processos poluidores, é marcada pelo desperdício, mantém a labuta, cria necessidades artificiais, generaliza a violência e, apesar disto tudo, ainda não encontra uma resistência efetiva e consegue o apoio da maioria das pessoas. Absorvendo as instâncias sociais que outrora lhe eram críticas e adversárias, inibe uma oposição eficaz e revolucionária ao seu domínio, inclusive na esfera do pensamento, da linguagem e da consciência.

Marcuse diz que a sociedade unidimensional é mais ideológica do que suas antecessoras. A ideologia não permanece mais somente na esfera da superestrutura como um repositório de valores éticos e morais, aos quais, periodicamente, os indivíduos se socorriam para justificar seus atos e pensamentos. Hoje, os processos ideológicos estão no dia-a-dia, na concretude das relações sociais, nas mercadorias, nos comportamentos e preferências dos consumidores, nos estilos de vida. Para reforçar esta presença concreta no cotidiano, a ideologia se expressa no domínio dos discursos e da linguagem, na redução do poder significativo ou simbólico das palavras e dos conceitos. E, desde a década de 1960, época da publicação deste texto, Marcuse já fazia a crítica à sociedade-de-bem-estar-social, inspirada na política da

social-democracia européia, que procurava expandir a sociedade de consumo, que por si mesma já era a melhor propaganda para o sistema capitalista e, talvez, sua melhor mensagem ideológica.

Esse tipo de bem-estar, a superestrutura produtiva sobre a base infeliz da sociedade, penetra o “meio” que medeia (sic) entre os senhores e seus dependentes. Seus agentes de publicidade moldam o universo da comunicação no qual o comportamento unidimensional se expressa. Sua linguagem testemunha a identificação e a unificação, a produção sistemática de pensamento e ação positivos, o ataque concertado às noções transcendentais e críticas. Nas formas predominantes da palavra, o contraste aparece entre os modos de pensar dialéticos bidimensionais e o comportamento tecnológico ou hábitos de pensar sociais.

Na expressão desses hábitos de pensar, a tensão entre aparência e realidade, fato e fator, substância e atributo, tende a desaparecer. Os elementos de autonomia, descoberta, demonstração e crítica recuam diante da designação, asserção e imitação. Elementos mágicos, autoritários e rituais invadem a palavra e a linguagem. A locução é privada das mediações que são as etapas do processo de cognição e avaliação cognitiva. Os conceitos que compreendem os fatos, e desse modo transcendem estes, estão perdendo sua representação lingüística autêntica. Sem tais mediações, a linguagem tende a expressar e a promover a identificação imediata da razão e do fato, da verdade e da verdade estabelecida, da essência e da existência, da coisa e de sua função. (MARCUSE, 1982, p.93).

A manipulação das estruturas da linguagem tem um papel decisivo nas formas de pensamento e ação positivos ou que legitimam e afirmam a sociedade unidimensional. Isto ocorre quando a estrutura da linguagem elimina a tensão dialética entre seus termos que poderiam explicitar as contradições sociais. Para muitos conceitos-chave, a transcendência ou a ampliação do seu significado são limitados a convenções, clichês ou aos seus aspectos operacionais, impedindo, assim, o que ele chamou de desenvolvimento cognitivo dos conceitos.

Marcuse, em seu livro, denunciou as ciências positivistas, a sociologia empírica ou a psicologia behaviorista – que tem como objetivo terapêutico o ajustamento do indivíduo à sociedade – ou mesmo a filosofia analítica, pois se prendem à designação e à descrição dos fenômenos – distanciando-se da possibilidade de fazer a crítica do funcionamento das instituições sociais. Também poderíamos mencionar as ciências econômicas, devido a sua crescente importância nas últimas décadas que, por um lado, planeja, organiza e articula os agentes econômicos que compõem o chamado mercado e, por outro lado, constitui eficiente provedor de discursos ideológicos da contemporaneidade.

Mais recentemente, com o ressurgimento do liberalismo, em sua versão atualizada e renomeada de neoliberalismo, este universo unidimensional – reorganizado também a partir de um processo de fechamento da linguagem – recoloca e reforça os valores sociais e as práticas socioeconômicas do mercado, na esfera da comunicação de massa, para legitimar seu domínio e pregar que esta é a forma mais eficaz para que os países alcancem um maior desenvolvimento econômico e social. Os agentes deste discurso econômico, que também é político, procedem à desqualificação da crítica que vem pela esquerda, tentando afastá-la para um capítulo jurássico da história. Desta forma, este discurso político quer impor-se como pensamento único.

Como exemplos de manipulação da estrutura da linguagem com efeitos ideológicos, conforme já citado, temos a fixação por repetição feita pelos meios de comunicação de massa sobre alguns atributos que são vinculados a alguns substantivos ou conceitos. Na grande maioria das vezes, a simples menção do conceito democracia vem associada à ideia de eleição ou escolha “livre” dos políticos pelos cidadãos ou à ideia de liberdade de expressão, onde a pluralidade dos meios de comunicação possibilitaria a livre manifestação da opinião pública. Estes elementos seriam os atributos definitivos para a democracia. No entanto, não se fala ou não se debate com a insistência necessária que, para vivermos realmente em democracia, é preciso haver condições sociais de mais igualdade material entre os cidadãos para que estes possam ter as mesmas possibilidades de entender e opinar sobre sua sociedade.

Também não vemos, exceto em pequenos órgãos de imprensa com postura crítica, um debate sobre uma questão fundamental nesta era neoliberal que é o fato do exercício eleitoral não alcançar as reais instâncias do poder político e econômico, que estão além dos estados nacionais, e que chegam a controlar e a determinar as políticas internas dos estados não-centrais do capitalismo. Estas instâncias de poder são compostas pelo FMI; pelo Banco Mundial; pela OCDE (Organização para o Comércio e Desenvolvimento Econômico); pela OMC (Organização Mundial do Comércio); pelo Consenso de Washington e outros.

Outro termo bastante rico para manipulação ideológica é globalização. O significado mais crítico e amplo deste conceito seria o que se refere a um novo ciclo de expansão do capital, que se desenvolveu a partir de meados da década de 1980, com a crise e extinção do socialismo soviético e a expansão tecnológica da microeletrônica e sua rede digital, a internet. Estes também foram eventos que facilitaram o recrudescimento do capitalismo liberal em escala mundial, ou seja, o neoliberalismo.

No entanto, este desenvolvimento conceitual não tem o devido destaque nos meios de comunicação, que preferem lhe dar um sinal positivo, afirmando seu conteúdo de processo inevitável, vinculado a progresso e desenvolvimento econômico ao qual os países têm que aderir para não ficarem excluídos de seus benefícios. Também não vemos a vinculação, ou uma reflexão mais extensa, do conceito de globalização com sua exigência de desregulamentação dos mercados de trabalho e de reforma das constituições nacionais para facilitar a implantação das novas formas de produção ou do movimento dos capitais especulativos em diversos mercados financeiros.

Assim, Marcuse (1982) desenvolve sua crítica à estrutura discursiva dos meios de comunicação, que, segundo ele, fecha as possibilidades do entendimento das contradições – que estão na base das sociedades modernas – pela síntese funcional dos textos, pelo abuso de siglas e, acrescento, pelo uso de chavões de linguagem. A sua análise das estruturas gramaticais recorrentes revela omissões e aplainamento no discurso convencional dos meios de comunicação, pois se apresentam sem profundidade ou historicidade. O que prevalece neste discurso é a legitimação da funcionalidade das relações sociais num mundo cada vez mais administrado pelos fatores econômicos. As pessoas se confundem com as suas funções e as suas ações devem se justificar na operacionalização de atividades consideradas úteis.

Aludi à filosofia da gramática a fim de mostrar até que ponto as abreviaturas linguísticas indicam uma abreviação do pensamento que elas, por sua vez, fortificam e promovem. A insistência nos elementos filosóficos da gramática, no elo entre os “sujeitos” gramatical, lógico e ontológico chama a atenção para os conteúdos que são suprimidos na linguagem funcional, barrados da expressão e comunicação. A abreviação dos conceitos em imagens fixadas; o desenvolvimento impedido em fórmulas autovalidadoras e hipnóticas; imunidade contra a contradição; identificação da coisa (e da pessoa) com sua função – constituem tendências que revelam a mente unidimensional na linguagem que ela fala.

Se o comportamento lingüístico bloqueia o desenvolvimento conceptual, se ele milita contra a abstração e a mediação, se se rende (sic) aos fatos imediatos, repele o reconhecimento dos fatores que estão por trás dos fatos e, assim, repele o reconhecimento dos fatos, bem como do conteúdo histórico destes. Tal organização da locução funcional é de importância vital na sociedade e para ela; serve de veículo de coordenação e subordinação. A linguagem funcional unificada é uma linguagem irreconciliavelmente anticrítica e antidialética. Nela, a racionalidade operacional e behaviorista absorve os elementos transcendententes, negativos e de oposição da Razão. (MARCUSE, 1982, p.102-103).

O fechamento do universo da locução, que também é o fechamento da possibilidade de fazer a crítica à sociedade regida pelos valores da mercadoria, tem suas características e efeitos ideológicos agravados na contemporaneidade devido à emergência do que Guy Debord (1997) chamou de sociedade do espetáculo. A grande parte do discurso político e econômico que prevalece nas páginas dos grandes jornais e revistas e na fala e imagens que circulam pelos meios eletrônicos de massa acabam por retroalimentar – especialmente neste atual contexto histórico do neoliberalismo – a ideia de que a justiça social, no âmbito de uma nação, só poderá ser alcançada se os fatores de sua política econômica estiverem ajustados para que este país consiga ter bons resultados no concerto econômico mundial. Desta forma, são as regras do jogo do mercado que estabelecem qual o grau de bem-estar-social, como efeito secundário, que se verificará em uma nação.

Valores como competitividade entre nações e indivíduos, valorização da formação profissional em ocupações técnicas consideradas úteis, pertencimento a grupos sociais que valorizam a capacidade de consumo como sinal de sucesso social, entre outros, sobrepõem-se a valores como solidariedade, cooperação, desenvolvimento do conhecimento, sentido de comunidade, assim como outros de conteúdo mais humanista para o convívio em sociedade. Não é por acaso que a capacidade de entendimento crítico e de resistência aos valores desta sociedade de consumo está cada vez menor, seria este o sentido que Marcuse quis dar à sua fala ao responder, em entrevista a J. Habermas, sobre o futuro do capitalismo tardio.

A questão é – e nela reside, em minha opinião, o autêntico elemento de prova da teoria de Marx – : até quando durará a estabilização do capitalismo tardio? As contradições internas realmente se agravarão, sejam elas de qualquer natureza – e eu não acredito que sejam apenas aquelas que Marx formulou –, ou conseguirá o capitalismo em um breve prazo fortalecer-se sobre a base de um imperialismo econômico e político reforçado, contando talvez inclusive com a China e a URSS como mercados? Se isto ocorrer, então os dominadores poderão dormir tranqüilamente outros cem anos. Em tal caso não haverá revolução. (MARCUSE apud VALLE, 2005, p.100).

O espetáculo como padrão ideológico contemporâneo

Assim como em Marcuse (1982), para o qual a crítica à sociedade moderna tem uma abrangência sistêmica e histórica, não circunscrevendo apenas às suas manifestações locais ou parciais, para Debord (1997), também, a análise da sociedade do espetáculo não deve se restringir apenas aos fenômenos particulares

do mundo das imagens ou à observação de seu excesso na contemporaneidade. Antes disso, a sociedade do espetáculo tem raízes na transformação histórica da modernidade.

O espetáculo é o herdeiro de toda fraqueza do projeto filosófico ocidental, que foi um modo de compreender a atividade dominado pelas categorias do ver; da mesma forma, ele se baseia na incessante exibição da racionalidade técnica específica que decorreu desse pensamento. Ele não realiza a filosofia, filosofiza a realidade. A vida concreta de todos se degradou em universo especulativo. (DEBORD, 1997, p.19).

O projeto de evolução do homem moderno estava baseado no domínio do conhecimento científico, e disso resultaria um ser humano autônomo e consciente das forças que o oprimiam. Ao longo desse processo, as sociedades modernas foram se organizando em função do desenvolvimento de técnicas de industrialização que prometia um progresso social sem antecedentes. No entanto, realizou-se uma nova forma de organização social em classes de proprietários dos meios de produção e de trabalhadores desta produção industrial, ou seja, uma nova divisão social que a história mostrou ser constitutiva de mais um capítulo da opressão do homem pelo homem.

Desde este período de reorganização social aos dias atuais, os escritos de Karl Marx nos mostram, então, que as sociedades modernas não são homogêneas e nem formadas em função de objetivos comuns. Mas se organizam através de conflitos e interesses opostos que são “administrados” por um conjunto de valores ideológicos e políticos, que têm como uma de suas principais consequências a obstrução da possibilidade de compreensão de seu funcionamento geral, principalmente por parte das classes menos favorecidas ou exploradas.

Debord atualiza esta reflexão para entender o fenômeno do domínio ideológico e político de seu tempo, denunciando as formas de separação social contemporâneas, chamando-as de formas espetaculares, onde a cultura das imagens não tem apenas a função de encobrimento das relações sociais de exploração, mas, fundamentalmente, de potencializar a reprodução e acumulação do capital.

O espetáculo é o discurso ininterrupto que a ordem atual faz a respeito de si mesma, seu monólogo laudatório. É o autorretrato do poder na época de sua gestão totalitária das condições de existência. A aparência fetichista de pura objetividade nas relações espetaculares esconde o seu caráter de relação entre homens e entre classes: parece que uma segunda natureza domina, com leis fatais, o meio em que vivemos. (DEBORD, 1997, p.20).

Se Debord inicia a apresentação do conceito de sociedade do espetáculo enfatizando o fenômeno da alienação do homem moderno – na separação, a partir da perda do controle do processo de produção até o entendimento consciente da sociedade dividida – logo vai enfatizar o processo atual da crescente mercantilização das relações sociais.

Desde a venda da força de trabalho pelo trabalhador, ele percebe o fenômeno da crescente venalidade que acaba tomando a quase totalidade das relações sociais a partir da ascensão das diferentes formas de produção e consumo da imagem, em função do desenvolvimento tecnológico e sua presença na esfera da cultura nas sociedades desenvolvidas. Este mundo das imagens potencializa a produção, a circulação e o consumo de mercadorias e torna presente, em escala crescente, os valores e os conceitos da economia que se fixam como conteúdos discursivos de interpretação ideológica da realidade.

O mundo inteiramente dominado pela economia é o mundo espetacularizado: a representação da realidade aparece como realidade separada. A alienação é simultaneamente material e intelectual (cognoscitiva). Se as relações mercantis são a única forma de relação social possível, a alienação presente no processo de produção estende-se a toda a vida social; não só o trabalhador deixa de se ver e ser visto como o sujeito do processo de produção (basta ver o uso do termo “classes produtoras” para designar os empresários) como qualquer indivíduo no capitalismo deixa de ver e ser visto como produtor da própria realidade social, que aparece como se fosse separada das ações humanas. (COELHO, 2006, p.16-17).

O autor prossegue nos explicando sobre o alto grau de alienação que caracteriza as sociedades sob o capitalismo tardio ou sociedade do espetáculo, através do conceito de reificação, definido por G. Lukács (2003) ao estudar a dinâmica de formação da consciência social, entendida como a capacidade de compreensão da realidade social e dos interesses em jogo. Assim, a mercantilização das relações sociais, citadas acima, produz dois efeitos de distanciamento ou alienação. O primeiro deles é a visão da realidade ampla como se fosse uma coisa autônoma à sua participação, que se reproduz por si mesma. E o segundo é a sensação de que só as relações interpessoais fazem sentido; daí as práticas de comportamentos socialmente estimulados, como exemplo as do consumo, serem tão predominantes, e as práticas de pensamento e ação críticas ao todo social serem tão restritas a pequenos grupos.

Diferentemente de uma etapa anterior das sociedades capitalistas, quando as formas ideológicas de encobrimento dos fatores de dominação de uma classe social sobre outra, transitavam pelo discurso político explícito, com conteúdos morais, em

que o capitalista se passava como benfeitor e criador de empregos, nos parâmetros da sociedade do espetáculo, as formas de encobrimento da dominação se diluem nas relações mercantis do consumo generalizado, quando as pessoas se expõem à venda como as mercadorias nas lojas e, ao mesmo tempo, buscam pertencer a todo custo à sociedade de consumo. Não é por acaso que um dos templos mais importantes da sociedade do espetáculo são os shopping centers.

A presença, cada vez maior, de meios de comunicação que têm como linguagem básica a produção de imagem se explica plenamente neste estágio do capitalismo hegemônico, pois “[...] o espetáculo é o capital em tal grau de acumulação que se torna imagem” (DEBORD, 1997, p.25).

O que Debord nos diz, então, é que o capitalismo tardio, como sociedade do espetáculo, é, por definição, um sistema de acumulação de capital em nível extremamente elevado pelo uso das imagens como forma de estimular a sociedade de consumo e a administração artificial das necessidades. Portanto, o mundo das imagens não é uma consequência que possa ser corrigida, como excesso, sem alterar o núcleo do sistema, mas o âmago para a multiplicação e concentração do capital num sistema econômico que tende ao monopólio e que, para se expandir, precisa gerar necessidades artificiais.

Mas o espetáculo não é o produto necessário do desenvolvimento técnico, visto como desenvolvimento natural. Ao contrário, a sociedade do espetáculo é a forma que escolhe seu próprio conteúdo técnico. Se o espetáculo, tomado pelo aspecto restrito dos “meios de comunicação de massa”, que são sua manifestação superficial mais esmagadora, dá a impressão de invadir a sociedade como simples instrumentação, tal instrumentação nada tem de neutra: ela convém ao automovimento total da sociedade. Se as necessidades sociais da época na qual se desenvolvem essas técnicas só podem encontrar satisfação com sua mediação, se a administração dessa sociedade e qualquer contato entre os homens só se podem exercer por intermédio dessa força de comunicação instantânea, é porque essa “comunicação” é essencialmente unilateral; sua concentração equivale a acumular nas mãos da administração do sistema os meios que lhe permitem prosseguir nessa precisa administração. (DEBORD, 1997, p.20-21).

Portanto, a sociedade do espetáculo diz respeito, primordialmente, à instrumentalização das relações sociais com o objetivo de estimular o comportamento de consumo e o cultivo da postura de passividade e de isolamento, o que impossibilita uma atitude gregária, comunitária ou de fortalecimento de grupos e interesses comunitários.

As formas de desenvolvimento da consciência política, a partir da capacidade de identificação dos interesses que moldam a realidade social, começam no contato com o conhecimento prático e teórico sobre esta realidade.

O conhecimento é operação do olhar e da linguagem, pois vê o invisível. “Olho” e “espírito”, o “olho do espírito” guiam-se pelo princípio de não-contradição e da razão suficiente. Estes constituem os indícios para que o discurso sobre o mundo não seja arbitrário, indiscernível, absurdo e escape à compreensão racional. Sua antítese moderna é o mundo “sem razão”, a sociedade do espetáculo. Guy Debord, em *A sociedade do espetáculo* tematiza uma verdadeira mutação antropológica do olhar e da palavra. A sociedade de espectadores é domínio do “sem razão”, do “sem palavra” do qual Debord sublinha o caráter totalmente “ilógico”. (MATOS, 2008, p.105-106).

O capitalismo tardio é a etapa histórica da dificuldade para a formação da consciência crítica, do pensamento e ação críticos como vimos deste Marcuse (1982), e, assim, do “esquecimento da política” como instância social transformadora. Pelo contrário, a política tem se constituído em presença reiterada como forma espetacular. Sob as regras da economia, a realidade social, como aparência reificada e patrocinada pelos grandes veículos de comunicação, induz-nos a aceitar que o valor fundamental é o consumo, que aquece a economia e gera empregos. Mas, não percebemos a irracionalidade no comportamento de consumo com relação aos recursos naturais e aos processos poluidores que a fabricação de mercadorias gera.

Também se torna mais difícil a compreensão das contradições de uma realidade socioeconômica cuja expansão deveria gerar empregos, como já citado, mas é concentradora de riquezas e gera desemprego em função do seu desenvolvimento tecnológico.

[...] A dominação é lúcida ao menos num ponto: ela espera de sua própria gestão, livre e sem entraves, um número considerável de catástrofes de primeira grandeza para breve; e isso tanto nos terrenos ecológico e químico, por exemplo, como na área econômica e bancária. De algum tempo para cá, ela se preparou para tratar esses infortúnios excepcionais por meios diversos do habitual manejo da suave desinformação. (DEBORD, 1997, p.215-216).

Ecossocialismo – uma alternativa de resistência

Por este apanhado resumido do pensamento de Herbert Marcuse e de Guy Debord, que estiveram presentes aos acontecimentos que antecederam e que se

seguiram ao maio de 1968, percebemos a preocupação de ambos na elaboração de uma análise aprofundada sobre o domínio da forma capitalista de organização da sociedade, tanto no imaginário como na formação do real, moldada pela mercantilização nas relações sociais.

Tanto o Marcuse (1982) de *A ideologia da sociedade industrial* como o Debord (1997) de *Comentários sobre a sociedade do espetáculo* são marcados por um certo pessimismo quanto às possibilidades de transformação radical da sociedade capitalista e admitem, em suas interpretações, a impossibilidade do sujeito histórico transformador conduzir um processo revolucionário, ao menos na forma prevista por Marx. Porém, em suas intervenções sociais, na atitude de apoio às manifestações de 1968, sinalizavam com alguma alternativa a este cenário aparentemente sem saída. Considerando que o processo histórico se desenrola, muitas vezes, dialeticamente, o momento que se apresenta sem perspectivas de transformação, pode trazer, ao mesmo tempo, também um germe de mudança, ou seja, as possibilidades de virada desta realidade podem estar inscritas na própria realidade.

É esperado que o avanço do capitalismo com receituário neoliberal neste mundo globalizado encontrará, senão na realidade imediata, pelo menos em previsões de curto e médio prazo, limites que são do âmbito da natureza, tais como: os estoques de recursos naturais que servem de matérias primas e que se esgotarão em breve; as alterações climáticas, relacionadas à emissão de gases poluentes, produzindo o chamado “efeito estufa”; o comprometimento da camada de ozônio; a destruição e poluição de recursos hídricos, etc. Estas ocorrências podem constituir limites econômicos para a expansão ilimitada do capital, como também podem provocar reações sociais a partir de grupos, instituições ou partidos políticos organizados em torno de questões socioambientais.

Este tema é bem abordado por Michael Löwy (2009a, 2009b) ao fazer um perfil da união do movimento ecológico com o movimento socialista, onde os ecologistas deveriam criticar também uma sociedade que legitima a conquista do lucro e do sucesso pessoal a qualquer preço, como o ideário neoliberal promove, e o movimento socialista, por sua vez, deveria questionar o desenvolvimento ilimitado das forças produtivas.

O autor faz referências a algumas características marcantes das sociedades contemporâneas – com bastante afinidade com a crítica frankfurtiana – abordando a tendência forte da racionalização instrumental, isto é, a utilização de meios racionais para alcançar objetivos que nada têm de racional, cuja expressão máxima é a burocracia. Baseado no pensamento de Ernest Mandel, faz referência ao funcionamento corrente da economia capitalista que combina racionalidades parciais com a irracionalidade global do sistema. Teríamos como exemplo, de uma forma

simplificada, as crises periódicas de superprodução que geram a baixa tendencial da taxa de lucro e/ou a disputa anárquica e predatória da concorrência na economia de mercado, como expressão da irracionalidade fundamental do sistema. Pois se trata da convivência, dentro do mesmo sistema, da racionalidade, cada vez mais desenvolvida, no processo de produção na empresa – racionalidade parcial – com a irracionalidade do sistema em seu conjunto – superprodução e ausência de um planejamento global.

Löwy menciona, também, a característica da autonomização da esfera da economia que se liberta dos controles da esfera política, social ou cultural e possibilita que a economia de mercado torne-se um sistema com alto grau de independência – não “encaixando” mais na sociedade – e escape a qualquer controle moral, social ou político. Estes aspectos ganham mais força na vida real, cotidiana, com o predomínio do espírito de cálculo racional, isto é, a tendência geral à quantificação. Os valores qualitativos éticos, sociais ou culturais estão condenados a serem destruídos, degradados ou neutralizados por tal quantificação que encontra sua expressão mais direta na dominação total do valor de troca das mercadorias e na monetarização das relações sociais.

Desta forma, seguindo-se a lógica dessa racionalização instrumentalizada, cuja meta principal é alcançar resultados econômico-financeiros, rejeita-se, necessariamente, qualquer critério incompatível com a perseguição do lucro máximo; assim, colocam-se em segundo plano valores como o bem-estar dos operários ou trabalhadores em geral, a preservação do meio ambiente planetário ou o futuro da espécie humana. Ampliando a abrangência da análise, o desenvolvimento desta racionalidade econômica alcançou a etapa da globalização, escapando ao controle dos estados nacionais ou à possibilidade maior de controle legal e democrático, que foram conquistados como valores da civilização moderna. Então, sob a égide de instituições como o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial, a Organização Mundial do Comércio, a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE – o capitalismo financeirizado da era neoliberal dita o ritmo da exploração do homem e da natureza.

No entanto, o autor verificou o surgimento de uma confluência temática de alguns setores dos movimentos socialistas e dos movimentos ecológicos. Tanto o socialismo como a ecologia – ou, pelo menos, algumas de suas correntes – têm objetivos comuns que implicam a superação da racionalização instrumental conduzida pela economia capitalista e a amplitude de seus efeitos, como já vimos. Assim, percebeu que ambos os movimentos estão reivindicando a vitória de valores qualitativos, tais como: o predomínio do valor de uso sobre o valor de troca; a satisfação das necessidades básicas para todos e a economia como “encaixada” no meio ambiente social e natural. Porém, observou que os ecologistas deveriam

adotar a luta pela igualdade social, como fazem os socialistas e, por sua vez, estes deveriam adotar a salvaguarda da natureza e o equilíbrio ecológico, como fazem os ecologistas.

O objetivo comum poderia ser substituir os atuais valores dominantes de crescimento econômico e de enriquecimento pessoal, de competitividade impiedosa e de divisão do mundo entre ganhadores e perdedores, por valores orientados para a harmonia social e para a solidariedade, baseados no respeito pela natureza e no caráter cíclico da vida em geral.

A partir do título do artigo “De Marx ao Ecosocialismo”, percebemos a intenção do autor em mostrar uma aproximação das propostas dos dois movimentos através da crítica de alguns de seus argumentos centrais.

Alguns ecologistas criticam os socialistas a partir da concepção de Marx e Engels do desenvolvimento infinito das forças produtivas, o que eles chamam de produtivismo.

Porém,

[...] foi Marx que denunciou a lógica capitalista da produção pela produção; a acumulação do capital, das riquezas e das mercadorias como objetivo em si. A própria idéia de socialismo – ao contrário de suas miseráveis contrafaçções burocráticas – é a de uma produção de valores de uso, de bens necessários à satisfação das necessidades humanas. Para Marx, o objetivo supremo do progresso técnico não é o crescimento infinito de bens (“o ter”), mas a redução da jornada de trabalho e o aumento do tempo livre (“o ser”) (LÖWY, 2009a, p.93)

Por outro lado,

[...] na medida que se encontra, amiúde, em Marx ou Engels (e ainda mais no marxismo ulterior) uma tendência a fazer do “desenvolvimento das forças produtivas” o principal vetor do progresso, e uma postura pouco crítica para com a civilização industrial, principalmente, em sua relação destruidora para com o meio ambiente. Deste ponto de vista, o texto “canônico” é o célebre Prefácio da Contribuição à crítica da economia política (1859) um dos escritos de Marx mais marcados por um certo evolucionismo, pela filosofia do progresso, pelo cientificismo (o modelo das ciências naturais) e por uma visão das forças produtivas de modo algum problematizada. (LÖWY, 2009a, p.93-94).

Não há dúvida que as contribuições dos movimentos ecológicos são fundamentais por denunciarem que estamos vivendo uma crise de civilização que não se resolverá apenas com atitudes paliativas, mas deverão ser buscadas soluções

a partir de mudanças radicais no nosso padrão atual de produção e consumo. A divulgação do crescimento acelerado da poluição do ar, da água e do solo; do extermínio crescente de espécimes vivas através do desmatamento descontrolado de florestas tropicais; do aumento da desertificação em terras férteis; do descontrole sobre o destino do lixo nuclear; das fortes mudanças climáticas provocadas pelo “efeito estufa”; do aumento do buraco na camada de ozônio são, portanto, importantes para o aumento da conscientização sobre a atual crise da civilização moderna.

No entanto,

[...] o problema é que as proposições feitas por uma parte da ecologia política europeia são realmente insuficientes ou levam a impasses. Sua principal fraqueza é a de ignorar a conexão necessária entre o produtivismo e o capitalismo, o que conduz à ilusão de um “capitalismo limpo” ou de reformas capazes de controlar seus “excessos” (por exemplo, as ecotaxas). Ou então, tomando como pretexto a imitação, pelas economias burocráticas de comando, do produtivismo ocidental, acabam considerando o capitalismo e o “socialismo” como variantes do mesmo modelo – um argumento que perdeu seu interesse após o desmoronamento do pretenso “socialismo real”. Os ecologistas enganam-se ao pensar que podem fazer a economia da crítica marxiana do capitalismo: uma ecologia que não leva em consideração a relação entre “produtivismo” e lógica do lucro está votada ao fracasso – ou pior, à recuperação pelo sistema. Não faltam exemplos[...] (LÖWY, 2009a, p.100).

Para ele, os ecosocialistas evitam estas confusões, pois ao aproveitarem as conquistas fundamentais do marxismo, entendem que os trabalhadores constituem a força mestra das transformações radicais e que, a partir de sua ação política e democrática, podem procurar a satisfação das necessidades básicas – e o aperfeiçoamento da dimensão do “ser” criativo e humanista – sem, necessariamente, aderir à sociedade de consumo, combatendo, assim, a produtividade que tem por finalidade última a acumulação de capital e a concentração de riqueza e, portanto, a lógica do mercado e do lucro que são incompatíveis com as exigências ecológicas.

Desta forma, percebemos que a formação da consciência individual ou o desenvolvimento de valores humanistas, embora não suficientes, são fundamentos de uma ação política transformadora de setores, grupos ou classes sociais. Isto nos faz retornar a Marcuse (1999) que, em uma conferência a estudantes californianos engajados no movimento ecológico, em 1977, expõe que a questão ecológica ou de destruição da natureza deve ser tratada na perspectiva da destrutibilidade geral da sociedade e das tendências de caráter destrutivas do homem.

Baseado em princípios freudianos como a pulsão primária de vida, a pulsão primária de morte e o princípio de realidade, Marcuse (1999) diz que a nossa sociedade está composta por indivíduos cuja estrutura de caráter destrutivo tanto é uma marca individual como é a característica geral desta sociedade e suas manifestações são identificadas ou ilustradas em atitudes ou opiniões preconceituosas ou identificação linguística a conteúdos fascistas, entre outros. A pulsão de vida, Eros, que é responsável pelas ações criativas, sociais ou amorosas e a pulsão de morte, Thanatos, que é responsável pelo comportamento destrutivo, não social ou improdutivo, fazem parte da estrutura de caráter de todos os indivíduos e se manifestam segundo a dinâmica de que o predomínio de uma existe às custas da outra, assim, o indivíduo que respeita seu semelhante e protege a natureza, não deverá ter um padrão de conduta contrário a isto.

No entanto, ele alerta que a questão da ação social não se reduz à esfera da psicologia individual.

Em graus variados, todos os indivíduos são seres humanos socializados. O princípio de realidade predominante na sociedade governa a manifestação inclusive dos impulsos primários do indivíduo, tanto quanto aqueles do ego e do subconsciente. Os indivíduos introjetam valores e objetivos, os quais estão incorporados nas instituições sociais, na divisão social do trabalho, na estrutura de poder estabelecida, e assim por diante. E, inversamente, as instituições sociais e políticas refletem (tanto na afirmação quanto na negação) as necessidades socializadas dos indivíduos, as quais se tornam deste modo suas próprias necessidades. (MARCUSE, 1999, p.146).

Este processo de introjeção de valores e objetivos – necessidades adquiridas – forma uma estrutura de caráter afirmativo, que se constitui em um padrão dominante e legítima a sociedade de consumo. Pertencer ao mundo do consumo é a meta atual de realização pessoal na sociedade contemporânea e a sua dimensão predominante. No entanto, esta economia capitalista de mercado, cuja expansão está sendo elogiada por diversos meios de comunicação, repercutindo em forças políticas e sociais que aderem a esta condução, não pode ser expandida para todo o planeta, sob pena de uma grave crise ecológica, o que poria em risco até mesmo a espécie humana.

As possibilidades de superação desta realidade podem estar – partindo do diagnóstico de Marcuse (1999) – na inversão das necessidades socializadas dos indivíduos, que irão refletir nas instituições sociais e políticas, objetivando a negação do processo social de exploração da natureza e do homem no trabalho socialmente necessário. Assim, a tarefa emergente está na crítica a esta forma atual da sociedade do espetáculo. Para isso, faz-se necessário a politização das causas através do

incremento do debate sobre suas consequências, que estão no âmbito de uma área bastante sensível, ainda, ao ser humano: que é a ecologia e o meio ambiente.

Se, como nos diz Marcuse, o princípio de realidade predominante na sociedade governa a manifestação inclusive dos impulsos primários do indivíduo, então a presença, cada vez maior, na realidade social – nas escolas, na imprensa, nos produtos culturais, nos relacionamentos sociais em geral – das questões que abordam as crises ambientais e a ameaça de esgotamento dos recursos naturais, podem produzir um contexto cultural ou gerar um processo de conscientização – mesmo que para as futuras gerações – que demonstrem a introjeção de valores e objetivos para a negação das diretrizes da sociedade do espetáculo, ou seja, da sociedade que se realiza no consumo cada vez maior de mercadorias.

No entanto, não podemos ser ingênuos ao ponto de não percebermos que estas questões são muito bem apropriadas pelas forças do capital que, assim, as transformam em produtos “verdes” ou ecologicamente sustentáveis, bem como ressaltam a importância da sua atuação na geração de empregos e no desenvolvimento social. Portanto, o combate a esta apropriação deve evidenciar que o capital continua conduzindo o processo de reprodução econômica e social, segundo o seu próprio planejamento e suas metas, que aceleram a acumulação de capital e a dominação do tempo livre do trabalhador.

THE POSSIBILITIES OF THE THINKING AND ACTION TRANSFORMERS IN THE SOCIETY OF THE SPECTACLE

ABSTRACT: *There is a great affinity between the concepts of Guy Debord's society of the spectacle and Herbert Marcuse's unidimensional society, concerning the theoretical basis and the historical perspective. The intensification of the instrumental rationality over the modern societies shows the commodity form advance on almost all social relationships. The consumption society enlargement is supposedly shown as the most advanced civilization degree. The ideological process of public control endeavors to obliterate the thinking and action critical forms or the historical transformation subject emergence, as thought by Karl Marx. Nevertheless, this last stage of the capitalism, the neo-liberalism, may contain the seeds to a social transformation and historical dialectic. Micheal Löwy's reflections on the eco-socialism suggest that the absolute control of the commodity form may lead to a stage of ethical and material or even natural resources depletion.*

KEYWORDS: *Society of the spectacle. Unidimensional society. History. Ideology. Eco-socialism.*

Referências

ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. **Dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

COELHO, C. N. P. Em torno do conceito de sociedade do espetáculo. In: COELHO, C. N. P., CASTRO, V. J. de. (Org.). **Comunicação e sociedade do espetáculo**. São Paulo: Paulus, 2006. p.13-30.

DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo**: comentários sobre a sociedade do espetáculo. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

LÖWY, M. **De Marx ao ecosocialismo**. In: Sader E.; Gentili P. (Org.). **Pós-neoliberalismo II: que estado para que democracia?** Petrópolis: Vozes, 2009a. p.90-107.

_____. Ecosocialismo e planejamento democrático. **Crítica Marxista**, São Paulo, n.28, p.35-50, 2009b.

LUKÁCS, G. **História e consciência de classe**: estudos sobre a dialética marxista. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MARCUSE, H. Ecologia e crítica da sociedade moderna. In: LOUREIRO, I. (Org.). **Herbert Marcuse: a grande recusa hoje**. Petrópolis: Vozes, 1999. p.143-154.

_____. **A ideologia da sociedade industrial**: o homem unidimensional. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

MATOS, O. **Advinhas do tempo**: êxtase e revolução. São Paulo: Hucitec, 2008.

VALLE, M. R. do. **A violência revolucionária em Hannah Arendt e Herbert Marcuse**: raízes e polarizações. São Paulo, Ed. da Unesp, 2005.

Recebido em maio de 2010

Aprovado em agosto de 2010

